



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 36/2015 (Autoria do Antonio Anibelli Neto)

Criação da Rota das Ostras no Estado
do Paraná.

Art. 1º Cria a Rota das Ostras no Estado do Paraná em toda extensão do litoral paranaense.

Art. 2º Para efeito desta Lei integram a Rota das Ostras os Municípios de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Paranaguá, Guaraqueçaba, Antonina e Morretes.

Art. 3º A responsabilidade pela indicação dos pontos pertencentes à Rota das Ostras em cada cidade será do Poder Executivo Municipal do local.


Parágrafo único. O Poder Executivo Estadual poderá auxiliar os municípios na elaboração dos pontos pertencentes à Rota das Ostras.

Art. 4º Com a finalidade de identificar a Rota das Ostras, deverão ser instalados, em local a ser estudado, um portal com a inscrição Rota das Ostras e um posto que, além de oferecer informações acerca do molusco que empresta o nome à rota em comento, agende visitas a cultivos marinhos e às produções artesanais feitas com farinha e casca de moluscos.


Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei para seu fiel cumprimento.


Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Comissões, 27 de abril de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


Bussan


Missalva


Prof. Vanda



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Anibal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

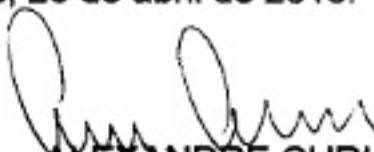
Redação Final ao Projeto de Resolução nº 17/2015

Aprovação da prestação de
contas das despesas dos
Senhores Deputados referente
ao mês de fevereiro de 2015.

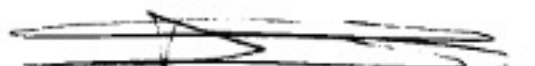
Art. 1º Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

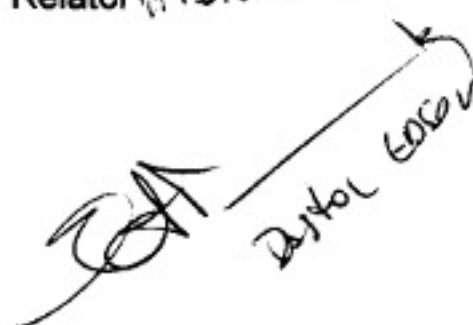
Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Wladimir


Relator


Prof. Lina


Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

O presente projeto tem por objetivo, criar um elo entre a população paranaense e seu maior símbolo. Com o devido incentivo da Secretaria de Meio Ambiente, IAP, Sanepar e do Governo do Estado, as escolas estaduais, poderão receber mudas fornecidas pelo Instituto Ambiental do Paraná, através de viveiros, para que crianças e adolescentes de todo o Estado participarem do plantio.

Vale lembrar que etimologicamente, nossa Capital, Curitiba, em guarani deriva da expressão indígena "multo pinhão", ou mais precisamente, pinheiro-do-paraná ou pinhão-do-paraná.

Atualmente tem todo território paranaense apenas 3%, tornando-se uma árvore em extinção. Segundo estudos, em 20 anos o Paraná poderá recuperar cerca de 5% das Araucárias, chegando perto dos 10%. Assim como a erva-mate (chimarrão) no Rio Grande do Sul, coqueiro da Bahia e muito outros símbolos são referências estaduais e regionais no Brasil e até no exterior.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente propositura.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 44/2015

Projeto de Lei nº. 44/2015

Autor: Deputado Ney Leprevost

Súmula: Institui o Dia da Araucária, a ser comemorado anualmente em 07 de junho.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O DIA DA ARAUCÁRIA. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia da Araucária, a ser comemorado anualmente em 07 de junho.

FUNDAMENTAÇÃO

Nas palavras de JOSÉ AFONSO DA SILVA, em seu **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO**, "todas as normas que integram a ordenação jurídica nacional só serão válidas se se conformarem com as normas da Constituição Federal".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação reglimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Nesse mesmo diapasão, podemos citar o quanto dispõe a Constituição Estadual acerca do tema:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Em que pese o dia nacional da Araucária seja comemorado no dia 24 de junho, não há óbice à criação da data estadual em dia diverso.



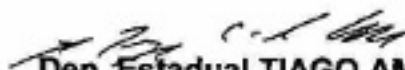
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

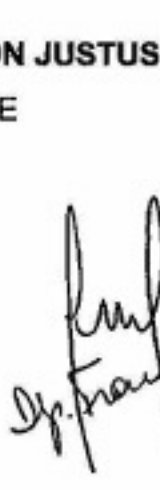

Sala das Comissões, 31 de março de 2015.


Dep. Estadual TIAGO AMARAL
RELATOR


Dep. Estadual NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


Dep. Estadual ELAÍDIO LOPES

Dep. Estadual CARLOS


Dep. Estadual FRAUSCHINI

Dep. Estadual BONINELLI


Dep. Estadual FILIPE

Dep. Estadual SAMPSON

Dep. Estadual PASTOR

APROVADO

23.04.15